

Grifos

2175-0157

Editorial

Edição: v. 32, n. 60 (Set./Dez. 2023). Dossiês Temáticos

Juliano Luiz Fossá

<https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Arlene Anélia Renk

<https://orcid.org/0000-0002-3524-0739>

Ana Paula Schervinski Vilwock

<https://orcid.org/0000-0002-9990-8590>

Alessandra Matte

<https://orcid.org/0000-0002-0502-6643>

Armando Fornazier

<https://orcid.org/0000-0002-6707-9601>

A edição v. 32, n. 60 da Revista Grifos da Unochapecó contempla um conjunto de 18 artigos científicos inseridos em dois dossiês temáticos de relevância para o mundo rural, as quais englobam, validam e legitimam o emprego de uma série de métodos, conceitos e teorias interdisciplinares que qualificam o cenário dos estudos que circulam nas áreas do desenvolvimento rural, agricultura familiar, agroecologia, políticas públicas de saneamento básico, territórios e sustentabilidade. O primeiro dossiê “Agroecologia, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural” foi organizado por Juliano Luiz Fossá e Arlene Anélia Renk, o qual estão sendo publicados o total de nove artigos científicos de pesquisadores das diversas regiões e organizações do país. Já o dossiê “As Transformações e as Novas Dinâmicas no Mundo Rural Rumo ao Desenvolvimento Sustentável” é fruto de parceria entre a revista e a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Na edição foram publicados nove artigos dos quais foram aceitos e apresentados no 60º Congresso da SOBER realizado em Natal/RN. É importante ressaltar, que todos os artigos vinculados ao evento foram submetidos ao processo de avaliação estabelecido na política editorial da Revista Grifos da Unochapecó que inclui, por exemplo, a revisão cega (*blind review*) por pelo menos dois/duas avaliadores/as.

O artigo que inicia essa edição da revista Grifos refere-se a “*Inovação a Sustentabilidade: as práticas da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento/RS*”, as autoras Mitali Maciel, Alessandra Troian e Raquel Breitenbach, que analisam as inovações da agricultura familiar agroecológica de Santana do Livramento/RS para identificar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Foram constatadas que a trajetória baseia-se na introdução de inovações/novidades/mudanças desde a produção dos alimentos e dos processos empregados, bem como na forma de comercializar e organizar a produção. As autoras finalizam apontando que tais medidas ampliam a sustentabilidade rural e têm a potencialidade de conquistar um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável.

No artigo “*Sementes de uma Economia Camponesa, Feminista e Agroecológica Presentes na Prática dos Quintais Produtivos das Mulheres Camponesas do MMC/SC*”, Geneci Ribeiro Dos Santos, Siomara Aparecida Marques e Josimeire Aparecida Leandrini, apresentam trazer o debate sobre a perspectiva da economia camponesa e feminista presente nas experiências de organização, formação, produção e manejo dos quintais produtivos agroecológicos de mulheres camponesas, militantes, dirigentes que participam do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC/SC. Nas considerações finais, dialogam sobre os desafios enfrentados pelo Movimento em Santa Catarina, para avançar na construção de outra economia baseada em novos princípios, e, enfatizam a importância dos processos formativos e organizativos do movimento para avançar na visibilidade, reconhecimento e valorização dos trabalhos desempenhados pelas mulheres camponesas.

Cibele Sugahara, Denise Helena Lombardo Ferreira, Jakeline Pertile Mendes e Ariele Carolina Contrigiani no texto “*A Questão da Água em Assentamentos: um estudo de caso no Assentamento Periurbano Milton Santos*” apontam os desafios do Assentamento Milton Santos, situado em Americana/SP, quanto à disponibilidade e qualidade da água. Os resultados apontam que a questão da água nos assentamentos rurais tem se apresentado com um entrave, e, há problemas com a falta de água para o setor agrícola somado ao fato de que o resultado de análises de amostras da água demonstrou a sua contaminação. Destaca-se a importância de se preservar a agricultura agroecológica e sustentável nos assentamentos, pois o retorno não apenas ocorre para os próprios assentados como para a população no entorno desses assentamentos com a disponibilidade de produtos de qualidade a preços acessíveis.

Na publicação “*Diferenciação da Agricultura Familiar associada à Processos de Transição Agroecológica com apoio de Ferramentas Sociais Emancipadoras*” de Gerson José Yunes Antonio e Renato Linhares de Assis, identificam a participação e interação entre os eixos da campesinidade, sustentabilidade, organização social e agenciamento do desenvolvimento rural, em visão sistêmica, numa perspectiva da ecologização dos saberes, em que reconhece a inviabilização do processo de modernização da agricultura baseado na especialização produtiva. Apresentam ainda, proposta de ferramentas técnicas e organizativas que podem ser aplicadas por agentes de desenvolvimento rural.

Chayne de Lima Pereira Mahnic e Diego Fiel Santos no artigo “*Um Olhar a partir da Experiência Constitutiva do Projeto Oásis em Apucarana-Paraná*” buscam compreender as ações para a concepção e implementação do Projeto Oásis a partir dos dispositivos constituídos em uma perspectiva da interação humano e não humano. Os autores partem do princípio de que a constituição dos dispositivos do projeto envolve a governança de relações estabelecidas entre os atores sociais e o seu envolvimento com a figura dos não humanos. Com base nos relatos e experiência vivenciada pela investigação é possível observar a prática como fator imbricado na relação de interações entre os proprietários rurais, agentes públicos e a água, e ambos estão envolvidos em uma experiência de convívio e de dependência para que possa existir a manutenção consensual e adequada do meio em que as interações são desenvolvidas.

No texto “*A Percepção do Cotidiano 30 Anos após Deslocamento Compulsório por Barramento Hidroelétrico*” os autores (as) Ivo Thadeu Lira Mendonça, Horasa Maria Lima da Silva Andrade, Ana Maria Dubeux Gervais e Luciano Pires de Andrade descrevem a percepção atual da população impactada em Petrolândia/PE, pela barragem hidroelétrica de Itaparica, a fim de problematizar os fatos vivenciados pela agricultura familiar, sua repactuação da reprodução e troca de saberes. Para os autores (as), o reconhecimento por atingidos dar-se pela migração do território original, que é amenizada com a construção e adaptação de saberes empíricos no novo território. A adequação ao novo cotidiano parte da valorização e utilização dos saberes-fazeres tradicionais, a partir da manutenção da relação família-terra-trabalho.

Estevan Felipe Pizarro Muñoz, Cléber José Bosetti, Zilma Isabel Peixer e Eduardo Ramos Kuznier em “*Territorialização dos Circuitos Curtos de Comercialização da Agricultura Familiar em Santa Catarina: uma promessa ainda não cumprida*” compreendem a maneira que os componentes territoriais interferem na

edificação das feiras da agricultura familiar em três regiões distintas no Estado de Santa Catarina - Oeste, Serra e Litoral. Os principais resultados demonstram que há correlações entre a configuração socioeconômica e territorial com as dinâmicas das feiras da agricultura familiar. Para os aurores (as) embora a agricultura familiar seja um componente importante na economia catarinense, a mesma nem sempre é valorizada. Isso contrasta com as identidades culturais articuladas no estado de Santa Catarina, configurando uma promessa ainda não concretizada, mas, ao mesmo tempo, se apresentando como um potencial de autonomia e de desenvolvimento rural.

No artigo “*Caminhos para Construção de Circuito Curto de Comercialização Agroecológica em Brejo da Madre de Deus-PE*”, de autoria de Henagio José Silva, Horasa Maria Lima da Silva Andrade, Jorge Luiz Schirmer de Mattos e Luciano Pires de Andrade é analisado o potencial consumidor de alimentos orgânicos junto aos moradores urbanos da sede municipal de Brejo da Madre de Deus, localizado no Agreste Central do Estado de Pernambuco, com vista à criação de uma feira agroecológica. Os resultados indicaram a preocupação dos brejenses com relação aos agrotóxicos na alimentação e um significativo interesse em ter uma feira agroecológica no município.

Já no texto “*Agroecologia e Perspectiva de Certificação Orgânica no Amapá: O Reconhecimento da Lógica de Produção Familiar*” de autoria de Ana Karolina Lima Pedrada e Oriana Trindade, há a realização de um prognóstico da perspectiva de certificação orgânica, a partir da identificação de práticas agroecológicas, promovidas pelos agricultores familiares do estado do Amapá. Os resultados mostraram que 59,8% dos agricultores familiares promovem algum tipo de prática agroecológica, como rotação de culturas e/ou pousio, e 85% deles não usam agrotóxicos em sua produção. As autoras concluem que a certificação orgânica é viável e necessária para a realidade rural familiar do estado, mas que esta precisa ser amparada por assistência técnica e extensão rurais, para a adequação à regulamentação.

Rafael Cabral e Mario Lúcio de Ávila a partir do texto “*Ideias e Atores Sociais: uma Análise Cognitiva do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Pecafes)*” buscam compreender os atores e as ideias presentes no processo de criação do programa. Os autores usam a abordagem cognitiva na análise de políticas públicas que inclui a importância dos elementos de conhecimento, representações e crenças sociais na formulação e na implementação das mesmas. A pesquisa identifica cinco fóruns de produção de ideias, a saber: da

comunicação política, da agricultura familiar, da agroecologia, do feminismo solidário e da segurança alimentar e nutricional.

Em “*Contratos como Mecanismo de Governança na Produção de Biogás na Região Oeste do Paraná – Brasil*”, Ivanete Daga Cielo, Márcia Carla Pereira Ribeiro, Weimar Freire da Rocha Júnior e Carla Maria Schmidt analisam a estrutura de governança e de coordenação das relações entre os produtores de suínos e a usina de geração de bioenergia Minicentral Termelétrica de Biogás de Entre Rios do Oeste – Paraná, entendem o papel dos agentes e identificam possíveis hiatos existentes na relação contratual do sistema de produção de energia através do biogás. Os principais achados apontam que a opção pela forma híbrida de governança por meio de contratos formais utilizados na coordenação do modelo em estudo parece ser assertiva, propiciando ganho às partes, tanto econômicas, quanto ambientais.

No texto “*Regimes Alimentares e o Delineamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Resistências e Contramovimentos*” elaborado por Ligia Kochhan de Fraga, Miguel Angelo Perondi, Alessandra Matte e Wilson Itamar Godoy discorre sob a perspectiva ideológica neoliberal da globalização e do Estado mínimo, a alimentação, o mercado de terras e as empresas agroalimentares que têm sido compreendidas meramente como instrumentos financeiros, impactando negativamente sobre a sustentabilidade do sistema agroalimentar, e conseqüentemente o meio ambiente e saúde da população, que tem acesso a uma alimentação cada vez mais restrita e monótona. Nesta perspectiva, compreendem que as redes alimentares alternativas apresentam-se neste contexto como contramovimentos ao modelo de produção e consumo hegemônico.

“*Reflexões sobre a prática na Agricultura Orgânica e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso*” é o artigo assinado por Dalila Alves Moura, Larissa Costa Monteiro, Thatiana Cizilio Schiffler e Mauro Eduardo DelGrossi. Os autores (as) objetivaram conhecer a opinião de um produtor orgânico sobre a relação entre a agricultura orgânica e a sustentabilidade, através da identificação de dados e informações sobre sua produção e de seu ponto de vista sobre como as técnicas aplicadas podem se relacionar com a sustentabilidade. Apesar de associar a agricultura orgânica à produção de alimentos mais saudáveis e suas práticas a menos impactos negativos para o meio ambiente, uma vez que estão pautadas na agroecologia, ele apontou barreiras para o desenvolvimento das atividades, como necessidade de alto investimento financeiro, além da indisponibilidade de insumos e de mão de obra.

No artigo “*As Doações e Transferências de Alimentos: Práticas Socioeconômicas Em Assentamentos Do RS*”, Adilson Roberto Bellé, Pedro Selvino Neumann, Alisson Vicente Zarnott analisa a importância socioeconômica das transferências e doações de alimentos em famílias assentadas do Rio Grande do Sul, Brasil. Os resultados apontam que 88% dos entrevistados fazem transferências ou doações de alimentos, tratando-se de uma prática frequente. Segundo os autores as doações e transferências de alimentos tornam necessária uma releitura do sentido tradicional dado a produção de autoconsumo, pois assumem importância econômica e também fortalecem os laços sociais entre as pessoas envolvidas através da dádiva e reciprocidade.

Bruno Lopes Silva, Tales Wanderley Vital, Lorrane Marinho da Silva e Maria Gilca Pinto Xavier no artigo “*Uma Análise dos Recursos do PRONAF Pelo Modelo de Opção Pública: De 1995 A 2020*” analisaram as opções feitas pelos governos na gestão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), verificando como os diferentes governos têm utilizado o PRONAF para favorecer seus grupos de interesse e se cumpriram com o objetivo do Programa. Utilizaram o modelo analítico de Opção Pública, sendo então possível observar que as opções feitas pelos governos, principalmente os neoliberais, dentro do período de funcionamento do PRONAF foram no sentido de beneficiar a produção de commodities agrícolas para exportação, bem como a concentração dessa produção em estados das regiões sul e sudeste.

“*Programa Garantia Safra: Uma Análise Incremental no Período de 2002 a 2020*” de autoria Lorrane Marinho da Silva, Tales Wanderley Vital e Bruno Lopes Silva teve por objetivo identificar as mudanças ocorridas no Programa Garantia Safra no período de 2002, quando foi criado, até o ano de 2020, fundamentando-se no modelo incremental de análise de políticas públicas proposto por Lindblom (1959), adaptado por Thomas Dye (2014). Observaram que a maioria das alterações conseguiram aumentar a quantidade de agricultores e de municípios participantes no programa. Constataram que, devido aos cortes orçamentários, o setor das políticas públicas também foi afetado, assim, não houve aumento nos valores repassados aos agricultores desde a safra de 2013, tornando o programa difícil de ser executado.

Edwin Thawan Andrade Prado, Ana Paula Schervinski Vilwock e Juliano Luiz Fossá no artigo “*Riscos e Programas de Transferência de Riscos da Produção de Milho no Semiárido Sergipano*” analisaram os riscos e os programas de transferência de riscos

na produção de milho no semiárido do estado de Sergipe. Os resultados mostraram que a região é responsável por 94% da produção de milho do Estado e que o maior risco está relacionado aos fatores climáticos. Os autores (as) concluíram que os programas citados são benéficos e contribuem para garantir a segurança financeira dos produtores frente aos riscos de produção, embora existam desafios relacionados à governança e operacionalização que dificultam alcançar mais beneficiários.

Para finalizar a edição, no artigo “*A Dinâmica dos Mercados Agroalimentares de Frutas e Hortaliças da Região Central do Rio Grande do Sul*” de autoria de Gustavo Pinto da Silva, Simone Bueno Camara, Jaqueline Menezes Dias e Daniel Lichtnow, mapeou a diversidade e buscou compreender os contextos de expressão de mercados e canais de comercialização de frutas e hortaliças na microrregião de Cachoeira do Sul, Região Central do Rio Grande do Sul - Brasil. Os resultados indicam predominância de canais de comercialização de mercados de proximidade, convencional e territoriais. Em relação aos contextos de expressão dos mercados e canais de comercialização foram encontrados quatro condicionantes principais: a presença da agricultura familiar, os arranjos organizacionais/institucionais, o território e a localização geográfica dos estabelecimentos.

Por fim, salienta-se que os textos apresentados são resultados de agendas de pesquisas que estão acontecendo em todo território brasileiro, relacionados ao desenvolvimento rural e à sustentabilidade. Os temas variam desde a atualização de políticas públicas como crédito rural, compras públicas, conexão entre a produção e o consumo de alimentos, entre outros, o que mostra a interdisciplinaridade das publicações. Mais especificamente, os dossiês abordam os temas da agroecologia e suas conexões com organização e ferramentas sociais, assistência técnica e extensão rural (ATER), reprodução social da agricultura familiar, ecologia dos saberes e o papel das mulheres; e dos sistemas agroalimentares e a sua interface com as políticas públicas e programas institucionais, comercialização e mercados.

Nesse breve diálogo com você leitor, abrimos o convite à leitura!